

Teoria da dependência: reconstrução e reflexões sobre o contexto contemporâneo

Gabriela Macetti de Godoy Oliveira*

Resumo: O artigo aborda o tema do subdesenvolvimento latino-americano a partir da análise da Teoria da dependência, tanto em sua versão marxista, representada pelas obras de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, quanto pela abordagem ligada ao desenvolvimento-associado de Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso. Busca trazer, por fim, a análise da dependência para o contexto de globalização e financeirização da economia, que se intensifica após o final da década de 1980 com emergência do paradigma neoliberal.

Palavras-chave: dependência, subdesenvolvimento, América latina, neoliberalismo.

Introdução

A discussão em torno da dependência se iniciou em meados da década de 1960, como meio para compreender o subdesenvolvimento latino-americano. Tal abordagem começou a ganhar força quando se esgotou o processo de substituição de importações, contradizendo o debate que era realizado até então pelos teóricos estruturalistas, retratado também no pensamento cepalino. Esse cenário tornou necessário repensar a crença de que um projeto nacional poderia levar os países periféricos ao nível de desenvolvimento dos países centrais e reavaliar os estudos anteriores sobre o tema.

Em um primeiro momento, o presente artigo tem como objetivo retomar as duas principais vertentes da teoria da dependência elaboradas entre os anos 60 e 70. Tanto a primeira versão que abordaremos, referente às obras de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos, quanto a segunda, ligada ao desenvolvimento-associado de Enzo Faletto e Fernando Henrique Cardoso, trouxeram importantes contribuições para o estudo do subdesenvolvimento latino-americano, tendo pontos de convergência e de distanciamento entre si que pretendemos apresentar neste artigo. Em um segundo momento, buscaremos reconstruir a análise da dependência a partir de um contexto mais atual, caracterizado pela intensificação da globalização e da financeirização da economia e pela ascensão do paradigma neoliberal após o final da década de 1980. Pretendemos assim verificar se a dependência ainda possui poder para compreender a posição da América latina na fase contemporânea do capitalismo mundial, uma vez que muitos fatores mudaram desde quando essas teorias foram elaboradas, tornando assim necessário readaptá-las a esse novo contexto. Devido ao fato de os países latino-americanos possuírem distintas conjunturas históricas e sociais, será necessário priorizar em alguns momentos o caso brasileiro para fazer análises mais profundas e evitar generalizações. Mas antes

*Graduada em Economia PUC-SP e Graduada em Ciências Sociais - USP.

de adentrarmos no estudo da dependência, faz-se necessária uma breve retomada histórica, a fim de contextualizar o debate que será exposto.

A temática do subdesenvolvimento latino-americano começou a ganhar espaço no final da década de 1940 com a inauguração da CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, dando origem a uma nova corrente de pensamento econômico que contava com Raul Prebisch e Celso Furtado entre seus principais precursores. Tal comissão exerceu forte influência sobre políticas de governo, especialmente na década de 1950, quando se inicia um intenso processo de industrialização em países latino-americanos.

Para Prebisch, a condição de periferia estava atrelada à ideia de divisão internacional do trabalho, uma vez que cabia à América Latina “o papel específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais” (PREBISCH, 1949, p. 48). O problema da especialização consiste no fato que os países exportadores de produtos primários não se beneficiam das vantagens que o progresso técnico proporciona aos países centrais, prejudicando assim o nível de vida das massas desses países. A industrialização seria, assim, a única via pela qual se poderia reduzir a assimetria entre centro e periferia e melhorar a qualidade de vida das massas nos países subdesenvolvidos.

Os anos subseqüentes foram marcados por um forte crescimento econômico nos países latino-americanos impulsionado por um intenso processo de industrialização, no qual os Estados nacionais assumiram um papel bastante ativo. Acreditava-se que o processo de substituição de importações que, como demonstrara Celso Furtado, havia se iniciado por fatores exógenos relacionados à crise econômica no plano internacional, caso fosse orientado por políticas de governo coerentes com o apoio de burguesia nacional, poderia culminar na superação da condição de subdesenvolvimento.

Porém, tal modelo de crescimento entra em crise no início da década de 1960, de modo que, conforme demonstra Bresser Pereira sobre o caso brasileiro, o otimismo que predominava na década anterior deu lugar a uma onda de pessimismo desencadeada por um decréscimo acentuado da produção industrial e das vendas, além de um preocupante crescimento da taxa de desemprego e da inflação no país. Esse cenário levanta um sério debate sobre as análises anteriores referentes à possibilidade de superação da condição de subdesenvolvimento. Uma série de analistas, inclusive economistas da CEPAL, passa a manifestar preocupação com a situação por acreditar na possibilidade de estagnação.

É nesse cenário, de crise do desenvolvimentismo, que o termo “dependência” ganha espaço nos estudos sobre o subdesenvolvimento. As duas vertentes da teoria da dependência que tomamos como base para elaboração deste artigo levantam questões que colocam em xeque as teorias que predominavam até então sobre o assunto. Uma vez que os dependentistas entendem o subdesenvolvimento como um fenômeno intrínseco à lógica da reprodução do capital a nível mundial e não um estágio anterior ao progresso, o subdesenvolvimento é compreendido, não só como

um produto natural do capitalismo, mas também como fator fundamental para assegurar a sua reprodução e manutenção. É por esse motivo que, para esses autores, o projeto da CEPAL de criar uma estrutura para um desenvolvimento capitalista autônomo, por meio de pesados investimentos na indústria guiados pelo aparelho estatal, estaria fadado ao fracasso.

Conforme demonstra Theotônio dos Santos, o desenvolvimento é fruto de um processo histórico, de modo que é impossível recriar as condições históricas favoráveis que levaram os países centrais ao desenvolvimento, por isso devemos compreender as causas do subdesenvolvimento em seu contexto.

La experiencia del desarrollo de los actuales países subdesarrollados debe ser analizada, pues, como una experiencia concreta que se da en ciertas condiciones históricas también concretas. (...) La ciencia de desarrollo (sociología o economía) solo es ciencia cuando abandona el supuesto de que existe una meta formal por alcanzar - y por lo tanto, un camino para alcanzarla - y se dedica a comprender el desarrollo como proceso histórico (SANTOS, 1973, p. 17).

Cardoso e Faletto também fazem duras críticas à CEPAL por utilizar um único enfoque para compreender o desenvolvimento de toda uma região e não observar as especificidades da economia de cada país. De fato, quando esta comissão foi criada, tinha-se a intenção de formular uma teoria geral sobre o tema do subdesenvolvimento, mas tal metodologia é considerada falha uma vez que “segundo Cardoso, ao não realçar as diferenças entre estas economias, a CEPAL não teria podido perceber a principal relação que estaria por detrás de qualquer desenvolvimento econômico: a articulação entre classes.” (TRANSPADINI, 1999, p.75). Como verificaremos a seguir, a análise da interação entre os diversos grupos sociais dentro de uma nação é crucial para a compreensão do subdesenvolvimento nessa vertente da teoria da dependência. Assim, os autores julgam o pensamento cepalino como economicista, uma vez que o estudo deve ter como base tanto a economia quanto a sociologia, já que ambas as ciências são insuficientes quando utilizadas separadamente.

A inserção do fator “dependência” foi a forma pela qual as duas abordagens mencionadas acima superaram os erros cometidos pelas teorias do subdesenvolvimento elaboradas anteriormente. Mas antes de adentrarmos no estudo dessas duas correntes de pensamento, é importante ressaltar que o debate aqui exposto não está ligado às teorias imperialistas, apesar de que, em alguns aspectos, a abordagem de Theotônio dos Santos e Marini se aproxima destas.

Como veremos, as duas teorias aqui apresentadas, apesar de terem como elemento comum o uso da dependência, utilizam enfoques muito diferentes e apresentam propostas antagônicas para a superação da condição de subdesenvolvimento. Iniciaremos a abordagem pelo olhar de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos.

A teoria da dependência pela análise marxista de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos.

A concepção de dependência nessa corrente de pensamento está vinculada à lógica da divisão internacional do trabalho, que possibilita o desenvolvimento industrial e tecnológico em apenas alguns países. A relação de dependência ocorre, assim, pelo fato de que o crescimento dos países mais limitados passa a ser condicionado pelos países mais desenvolvidos. Segundo Theotônio dos Santos, as nações dominantes possuem um predomínio tecnológico, comercial, econômico e sociopolítico sobre os países dependentes, o que permite a imposição de uma condição de exploração, que resulta, conseqüentemente, na extração de parte do excedente produzido internamente na periferia.

O intercâmbio desigual entre mercadorias latino-americanas e as mercadorias produzidas nos países centrais acarreta, segundo Marini, deterioração dos termos de troca. Em outras palavras, as mercadorias produzidas na América Latina são vendidas abaixo do valor, como reflexo da troca de produtos não equivalentes, levando a uma queda da taxa de lucro dos capitalistas latino-americanos. Por outro lado, o ingresso da América latina na acumulação de capital global foi fundamental para permitir o barateamento dos bens saláris na Europa e conseqüentemente o aumento da mais-valia relativa no centro do capitalismo. Segundo Marini,

o mero fato de que umas [nações] produzem bens que as demais não produzem, ou não o podem fazer com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor; isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim um intercâmbio desigual (MARINI, 2000, p. 121).

Marini apoia sua análise sobre a transferência de mais-valia da periferia para o centro, em grande parte, na teoria exposta por Marx no livro terceiro de *O Capital*. Desse modo, podemos explicar o processo supracitado conforme segue:

Capitais empregados em comércio exterior podem conseguir taxa mais alta de lucro, antes de mais nada, porque enfrentam a concorrência de mercadorias produzidas por outros países com menores facilidades de produção, de modo que o país mais adiantado vende suas mercadorias acima do valor, embora sejam mais baratas que a dos países competidores (MARX, 2008, p. 313).

A não utilização de parte da mais-valia produzida na periferia na acumulação de capital local, devido à transferência desta para as economias centrais, gera uma série de conseqüências. Segundo Carcanholo, “esses elementos condicionantes da dependência provocam uma forte saída estrutural de recursos, levando a recorrentes problemas de estrangulamento externo e restrições externas ao crescimento”. Marini analisa que, frente aos agravantes ocasionados pelo intercâmbio desigual, que impossibilitam a realização de parte do excedente internamente, surge a necessidade de compensar essa perda através da produção de mais excedente. Diante da impossibilidade desse aumento ser suprido pela incorporação de novas

tecnologias, tendo em vista o atraso das nações dependentes, a forma de compensação encontrada no caso latino-americano é o aumento da exploração da força de trabalho, “seja através do aumento da intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos” (MARINI, 2000, p. 122).

Somamos a esses dois mecanismos de superexploração da força de trabalho um terceiro modo que possibilita aumentar a produção de excedente, que se refere a quando o capitalista impõe uma queda nos salários, de modo que estes fiquem abaixo do valor da força de trabalho. O aumento do exército industrial de reserva, conforme demonstrado por Marx em sua crítica à economia política, cria a possibilidade de os trabalhadores se submeterem a uma situação de arrocho salarial devido à pressão exercida pelos desempregados que se sujeitam a uma remuneração inferior.

Sobre esses três mecanismos acima mencionados, Marini explica:

a característica essencial está dada pelo fato que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar a sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 2000, p. 126).

Marini observa que o fato de existir desequilíbrio entre preço e valor real das mercadorias exportadas ocasionado pelo intercâmbio desigual não ser corrigido pelo desenvolvimento da capacidade produtiva, mas pela exploração da força de trabalho, explicita o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas dessas nações desfavorecidas. Ademais, Theotônio dos Santos agrega às consequências da intensificação da exploração da força de trabalho num país dependente fatores como a limitação dos mercados internos, o estrangulamento da capacidade técnica e cultural e a compressão do desenvolvimento moral e psíquico de seu povo (SANTOS, 1970, p.231).

Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos defendem que para eliminar os problemas característicos do subdesenvolvimento, deve-se romper a condição de dependência a que essas economias estão presas. Desse modo, uma revolução que conduzisse a um desenvolvimento socialista seria a única via que possibilitaria essa ruptura e que daria conta de sanar os males da superexploração do trabalho que comprometem o desenvolvimento da periferia. Esse aspecto leva a teoria marxista ser considerada por muitos a mais radical das teorias da dependência.

Cabe frisar que há certos elementos referentes ao contexto histórico vigente na época, que exerceram forte influência sobre o debate em torno da teoria da dependência, em especial a abordagem marxista de Theotônio dos Santos e Marini. Em primeiro lugar, o fato de ambos os autores terem sido exilados após o golpe de 1964 no Brasil e toda produção teórica sobre a dependência ter sido realizada nesse contexto. A revolução cubana é um fator anterior também relevante, uma vez

que disseminou a ideia de uma revolução socialista na América Latina, servindo de inspiração para correntes de pensamento de esquerda.

Já na concepção de Cardoso e Faletto, a possibilidade de haver uma revolução socialista e se romper com a situação de dependência estaria completamente descartada, uma vez que há fatores históricos e estruturais específicos de cada nação que não condizem com a análise de Ruy Mauro Marini. Na obra publicada em conjunto com José Serra, Cardoso faz duras críticas à teoria e ao autor e o acusa de fazer uma análise economicista e tendenciosa da realidade brasileira, julgando como arriscada uma prática política que se apoiasse nesse tipo de análise. Nesse sentido, Cardoso defende que os estudos sobre o subdesenvolvimento devem se ater às especificidades de cada caso particular, a fim de possibilitar uma investigação sociológica coerente sobre a relação entre grupos sociais internos de cada nação.

Como veremos a seguir, a vertente de Cardoso e Faletto caminha numa direção oposta a de Marini e Theotônio dos Santos, ao acreditar que a solução para o subdesenvolvimento deve ser encontrada dentro do próprio sistema capitalista e que a dependência não é de fato um impedimento ao desenvolvimento.

Abordagem da dependência por Cardoso e Faletto e o desenvolvimento-associado.

Cardoso e Faletto, de maneira original, incorporam o olhar sociológico ao estudo do subdesenvolvimento latino-americano, criticando o economicismo dos estudos anteriores realizados sobre o assunto. A abordagem econômica e sociológica se complementam e são igualmente relevantes segundo os autores. O argumento fundamental utilizado é de que o desenvolvimento é fruto de mudanças na estrutura social determinadas pela relação entre as classes e grupos sociais que buscam constantemente impor seus interesses. Essas modificações na estrutura social podem gerar desenvolvimento ou não. Deste modo, as análises puramente econômicas são ineficientes, pois não enxergam esse movimento de forças sociais. Segundo os autores,

a mudança das estruturas sociais, longe de ser somente um processo acumulativo no qual se agregam novas 'variáveis' que se incorporam à configuração estrutural, implica fundamentalmente um processo de relações entre os grupos, forças e classes sociais, através do qual alguns destes tentam impor ao conjunto da sociedade a forma de dominação que lhes é própria (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 18).

Neste sentido, Cardoso e Faletto não entendem a dependência como uma variável externa, mas sim como um reflexo da forma como se relacionam os grupos internos entre si e com os grupos externos. Existem forças exógenas que contribuem na caracterização da dependência, porém, o principal fator que se deve ter em conta é que a interação entre as classes sociais no meio interno é responsável por reproduzir a dependência. Há sempre grupos que atuam a favor da estrutura de dependência vigente, uma vez que são beneficiados por ela, e outros atuam contra

essa estrutura. As forças exercidas pelos diferentes grupos sociais, no momento em que estes tentam impor seus interesses, moldam as características da própria dependência.

Para ratificar a eficácia do método adotado, os autores buscam apoio na análise empírica dos fatos históricos. Segundo eles, “as transformações históricas significativas do processo de desenvolvimento latino-americano têm sido sempre acompanhadas, senão de uma mudança radical na estrutura de dominação, pelo menos pela adoção de novas formas de relações, e portanto de conflito, entre classes e grupos” (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 23). Assim, para compreender a situação de subdesenvolvimento dos países latino-americanos é imprescindível reconhecer os cenários que permitiram o surgimento das estruturas de dominação vigentes em cada nação e suas especificidades.

Em outro artigo, publicado apenas por Cardoso, fica claro que a estrutura de dominação não resulta exatamente de um projeto político de hegemonia nacional a ser cumprido pela burguesia industrial, uma vez que tal grupo social se orienta por uma visão internacionalizante, de acordo com seus interesses econômicos. Cardoso tampouco acredita na existência de uma burguesia nacional nos moldes descritos por Celso Furtado, que age de acordo com interesses nacionais de desenvolvimento, isso porque o setor que se caracteriza pela ideologia nacional-populista está, segundo Cardoso, ligado a setores menos dinâmicos da economia que o setor de ideologia internacionalizante, que é mais progressista. Desse modo, tanto o setor ideologicamente nacional-populista, quanto o setor internacionalizante são acomodados politicamente, uma vez que agem no plano político apenas por reações adaptativas.

Nessas condições, nem os setor ideologicamente nacional populista, nem o setor internacionalizante, expressam em sua ideologia a vocação de domínio que caracteriza uma classe ascendente que constrói uma nação. Pelo contrário, desenvolvem ideologias favoráveis a reações adaptativas no plano político, que os levam a aceitar em cada etapa compromissos com qualquer força política vigorosa. Os limites para as acomodações possíveis são mais econômicos que políticos (CARDOSO, 1970, p. 69).

Cardoso e Faletto não acreditam na possibilidade de romper a dependência, mas ao contrário, apontam para a possibilidade de combinar a situação de dependência ao desenvolvimento, não se tratando, assim, de conceitos incompatíveis. O momento histórico em que esses autores sistematizaram seus estudos exerceu uma influência fundamental na esquematização de suas ideias, uma vez que, no plano internacional havia um movimento de expansão das multinacionais para fora dos países originários. É nesse processo que os autores enxergaram a possibilidade de obter desenvolvimento econômico, já que a entrada dessas empresas nas economias periféricas era realizada por meio de investimentos diretos, com transferências de capitais e tecnologia. A fim de atrair esses investimentos, seria condizente a adoção

de políticas no plano nacional que caminhassem de acordo com os interesses e necessidades das multinacionais.

Assim, o Estado deveria atuar através de políticas que facilitassem a entrada das multinacionais, por meio da abertura do mercado e pela organização das forças sociais que interagem internamente, para que estas não criassem dificuldades a esse movimento. Porém, essa estreita relação com o capital estrangeiro, segundo os autores, poderia acarretar na inviabilidade da tomada de decisões de investimento no âmbito interno para que esta se centralizasse nas economias centrais, onde se encontravam as matrizes das empresas. Deste modo o Estado perderia a importância estratégica no processo de desenvolvimento industrial nacional.

Apesar da tendência à perda de poder pelo Estado sobre a tomada de decisão em relação ao rumo dos investimentos, Cardoso e Faletto apontam que os países periféricos se beneficiam em diversos aspectos com a abertura do mercado, já que a entrada das multinacionais viabilizaria o desenvolvimento.

Questões ligadas à distribuição de renda não estão presentes nessa abordagem, ao contrário, para os autores um aumento substancial dos salários representaria uma redução da capacidade de consumo das empresas e, portanto, um menor nível de investimento e, portanto, um impedimento ao desenvolvimento.

para aumentar a capacidade de acumulação desses “produtores-consumidores” é necessário conter a demanda reivindicatória das massas. Isto é, a política de redistribuição que ampliaria o seu consumo torna-se ineficaz e mesmo, em determinadas condições, perturbadora ao desenvolvimento (CARDOSO; FALETTI, 1970, p. 131).

Além da perda de direitos das massas, os autores também apontam que a nova forma de desenvolvimento também inviabiliza práticas de protecionismo oficial, pois o “setor moderno” se expande automaticamente, assim como nas economias centrais. Deste modo, “ficam excluídas como alternativas tanto o apoio às antigas indústrias nacionais surgidas durante o período de substituição de importações quanto a escolha de políticas de desenvolvimento baseadas na utilização extensiva de mão-de-obra” (CARDOSO; FALETTI, 1970, p. 131). A partir dessas observações, os autores ainda afirmam que o processo em questão, além de intensificar a exclusão social das massas, também exclui os grupos sociais que foram importantes nas etapas de desenvolvimento anteriores. Conforme demonstra Traspadini,

Não mais deve se utilizar a figura do Estado protecionista e regulador como agente principal do desenvolvimento. Pois o agente principal do desenvolvimento é, e sempre foi, o capital, segundo Cardoso. Logo, a única alternativa viável do desenvolvimento nos tempos de internacionalização da economia é a da interdependência (TRANSPADINI, 1999, p. 99).

Os autores ressaltam que os grupos que comandam o novo sistema precisam possuir poder político para conseguir atuar e impor seus interesses. Essa análise justifica, inclusive, os golpes militares que sucederam em diversos países latino-

americanos no decorrer dos anos 60 e 70, tendo em vista que a perda de direitos por parte de alguns grupos sociais acarretaria num cenário de instabilidade política caso a consolidação do Estado dependesse de jogos eleitorais. Os regimes ditatoriais aparecem assim para facilitar a implantação do modo capitalista de produção nas economias dependentes, consolidar o domínio dos grupos que orientam o novo sistema e inibir possíveis intervenções de grupos opositores que se encontram à margem do esquema que possam a prejudicá-lo.

Cabe esclarecer que o fato de Cardoso e Faletto terem consciência de que as ditaduras implantadas nos países latino americanos fossem um meio de viabilizar a entrada do capital internacional nessas economias não significa, obviamente, que os autores fossem favoráveis a esses regimes, porém, tampouco significa que os mesmos tivessem uma opinião contrária a esse processo de abertura dos mercados, já que para eles este seria o único meio plausível para garantir o desenvolvimento econômico nas economias periféricas.

Ademais, os autores reconhecem e deixam claro em sua obra que o modelo de desenvolvimento-associado supõe uma distribuição da renda desigual e que as massas perderiam direitos com esse processo. Portanto, pode-se dizer que os autores entendem o desenvolvimento como um mero crescimento estrutural da capacidade produtiva e a incorporação de novas tecnologias advindas desse processo. A superação de problemas característicos dos países periféricos, como a desigualdade social ficam, para Cardoso e Faletto, em segundo plano e não interferem no processo de desenvolvimento.

Apesar do desfecho bastante polêmico dessa corrente da teoria da dependência relacionado ao desenvolvimento-associado, deve-se admitir que esta agregou importantes reflexões ao estudo do subdesenvolvimento latino-americano ao abordar a forma como os interesses dos grupos sociais internos se articulam com as demandas externas, reproduzindo a dependência. Tal abordagem servirá de base para as considerações seguintes desse artigo.

Estudo sobre o novo caráter da dependência no processo de financeirização da economia global.

A dependência pode assumir diferentes formas, dependendo de um conjunto de variáveis internas e externas que a viabilizam. O cenário internacional e as demandas originárias dos países hegemônicos estão entre os fatores que determinam o formato da dependência, porém, segundo a versão apresentada por Cardoso e Faletto, a principal variável que determina o perfil da dependência é o modo como se constitui o arranjo entre os grupos sociais internos. Dessa forma, mudanças tanto na organização das classes sociais internas como no cenário externo podem interferir ou modificar a forma com que se manifesta a dependência.

Desde o período colonial, quando a América Latina foi inserida na lógica da acumulação de capital global, já foi possível observar importantes mudanças que ocasionaram rupturas na forma de atuação da dependência vigente para uma nova

forma de manifestação. O período entre o final da década de 80 e início dos anos 90 foi marcado por importantes mudanças, tanto no cenário internacional como na estrutura interna dos países latino-americanos, que nos levam a definir este como um momento de ruptura que originou uma nova forma de dependência.

A dependência atual está enredada num processo de intensa financeirização econômica, de modo que o capital especulativo exerce forte influência na economia. Mais uma vez se vivencia um cenário em que os interesses externos e de um pequeno grupo social interno beneficiário se sobrepõem aos interesses nacionais.

Para se compreender o momento atual do capitalismo global é fundamental esclarecer os desdobramentos do processo de internacionalização do capital que se intensificou consideravelmente nas últimas décadas¹. Fiori enxerga que esse processo se iniciou com a crise mundial de 1973, se tornando mais claro nos anos 80 e caracterizando-se por um importante progresso tecnológico combinado com a universalização de políticas desregulacionistas fundamentadas no paradigma neoliberal, que são fatores que influenciam consideravelmente a aceleração do processo de integração das economias mundiais. Em outras palavras, a etapa em questão se refere ao termo *globalização*², que consiste numa

nova *formatação* capitalista gerada nas últimas décadas pelo incessante processo de acumulação e internacionalização dos capitais. (...) envolve aspectos e dimensões tecnológicas, organizacionais, políticas, comerciais e financeiras que se relacionam de maneira dinâmica gerando uma reorganização espacial da atividade econômica e uma claríssima re-hierarquização de seus centros decisórios (FIORI, 1995, p. 7).

Para Fiori é muito claro que a nova formatação capitalista está consolidada em três blocos econômicos dentre os quais se destacam Estados Unidos, Alemanha e Japão, que juntos comandam a economia mundial. Segundo o autor “neste espaço são tomadas as decisões e desenvolvem-se as novas formas tecnológicas e organizacionais de competição global que acaba alcançando, de forma ou outra, os respectivos espaços periféricos” (FIORI, 1995, p. 10). Fiori aponta que autores como Chesnais explicam esse mesmo movimento pela existência de um “oligopólio mundial” que é constituído por menos de 200 grandes empresas somadas aos governos das maiores potências mundiais que comandam a alocação dos recursos no mundo.

¹ Segundo Fiori, o movimento de internacionalização não é exclusivo da fase atual do capitalismo, já que “a internacionalização foi e é condição essencial do processo de valorização do capital e, portanto, uma constante na expansão capitalista desde sua origem”.(FIORI, 1995, p. 8). A princípio, a inserção da periferia na acumulação global de capital foi fundamental para fornecer produtos primários para a economia mundial em troca de manufaturas produzidas no centro, num segundo momento essas manufaturas passaram a ser produzidas internamente nas periferias com a expansão das firmas originárias dos países hegemônicos.

² Cardoso e Faletto, ao escreverem *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, já podiam enxergar a aceleração do nível de internacionalização da economia e focam seus estudos no movimento de expansão da malha produtiva das empresas multinacionais para a periferia para desenvolver a teoria do desenvolvimento-associado. Neste momento o termo “globalização” ainda não existia, apesar de se tratar do mesmo processo, porém numa fase muito inicial, de modo que ainda não se podiam saber exatamente os desdobramentos da globalização no âmbito social e econômico na periferia, além de que neste momento, o paradigma neoliberal ainda não exercia influência nas políticas governamentais e ainda não era possível falar sobre globalização financeira.

O cenário internacional nos dá indícios de que os laços da dependência ainda são muito fortes na relação entre centro e periferia, já que, à medida que existe um oligopólio tecnológico com poder para definir onde os recursos mundiais serão alocados, a periferia enxerga na atração dos investimentos externos uma maneira mais plausível de obter desenvolvimento econômico e tecnológico. Porém, esse movimento não deve, de forma alguma, ser analisado através de uma ótica imperialista, uma vez que, como veremos, há determinados grupos sociais dentro de cada nação, guiados por certos valores, que possuem interesses econômicos e políticos em atrair esses capitais. Além disso, a forma como cada nação periférica se ajustará, a fim de atrair o capital externo, dependerá de uma série de fatores exclusivos de cada nação. Desse modo, as características da dependência não estão dadas pelo cenário internacional, mas pela combinação deste com os arranjos internos particulares.

O fortalecimento das ideias neoliberais em meados da década de 1980 foi uma questão decisiva para intensificar o processo de globalização e explica muitos pontos relacionados ao rumo seguido pelo capitalismo contemporâneo. Isso porque, junto com o avanço da corrente liberal-conservadora sobre os Estados nacionais, se instaura uma onda de políticas desregulacionistas que possibilitaram o desmembramento e a expansão das transnacionais. Sobre essa questão Fiori indica que:

foram sobre tudo as mudanças no funcionamento dos mercados financeiros que permitiram e estimularam a operação das grandes firmas multinacionais dentro de estruturas de oferta extremamente concentradas, mas com processos produtivos que se segmentaram, graças às novas condições tecnológicas e à existência de mercados cada vez mais desregulados (FIORI, 1995, p. 9).

As políticas fundamentadas nos ideais neoliberais, não apenas favorecem o processo de internacionalização do capital produtivo. Elas também são decisivas no movimento de internacionalização e expansão do capital financeiro. Desse modo, é na década de 1980 que se inicia o processo que se pode chamar de globalização financeira, que se viabiliza com o avanço da “desregulamentação dos sistemas bancários e mercados de capitais, somada à permanência de um sistema de câmbio flexível e à universalização das políticas monetárias deflacionistas” (FIORI, 1995, p. 9).

A questão da globalização financeira é fundamental para o entendimento do momento atual, pois é o principal ponto que diferencia esta fase do capitalismo das demais. Segundo Almeida Filho:

a marca distintiva deste novo momento é a do crescimento da integração dos mercados financeiros com ampla mobilidade de capitais, pelo crescimento do processo de securitização e da concentração do comando da riqueza em um número reduzido de unidades de capital (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 15).

Almeida Filho ainda aponta que o processo de reestruturação industrial somado às inovações financeiras permitiu a potencialização dos instrumentos de

valorização fictícia, viabilizando “um espantoso crescimento da esfera financeira, multiplicando-se várias vezes, os limites dados pela acumulação material de riqueza” (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 15). Sobre essa questão, Fiori afirma que o aumento da massa de valor circulado diariamente no mercado de capitais “de 100 milhões de dólares nos anos 70 ela passa para algo em torno de um trilhão diário nos anos 90, valor superior à soma total das reservas de todos os Bancos Centrais do mundo” (FIORI, 1995, p. 9). Para Fiori, esse aumento expressivo do montante de valor circulado na esfera financeira é originário das políticas de cunho neoliberal, que favorecem a especulação cambial e monetária.

O mercado financeiro, por movimentar tal quantidade expressiva de valor monetário³, possui poder suficiente para exercer forte influência nas políticas econômicas e sociais dos Estados nacionais, de modo que os países periféricos se mostram muito mais vulneráveis a essas intervenções e suas consequências. O nível de vulnerabilidade, porém, está diretamente relacionado ao grau de desregulamentação do sistema bancário e dos mercados de capitais em cada país que, por sua vez, são resultantes das políticas de caráter neoliberal escolhidas e adotadas por cada Estado nacional de acordo com interesses de grupos sociais internos dotados de poder econômico e, portanto, político, que abraçam os valores neoliberais.

Nos anos 80, se inicia uma fase de intensa estabilização econômica como reflexo da adoção do modelo neoliberal pelas economias latino-americanas. Situação muito divergente da fase anterior; entre as décadas de 60 e 70, caracterizada por níveis de intenso crescimento econômico. Essa etapa precedente é inserida em um cenário internacional em que há abundância de capital nos Estados Unidos e na Europa, de forma que a América Latina aparece com uma válvula de escape para alocação desses recursos.

Não pretendemos nos aprofundar nessa questão, porém é fundamental compreender como e porque foram obtidos níveis tão elevados de crescimento nesta fase anterior. No caso brasileiro, o chamado “milagre econômico” somente foi viabilizado devido a um intenso endividamento externo. Sobre essa questão Coggiola aponta que:

No Brasil, a crescente estatização da economia, através do Estado como produtor, consumidor, vendedor, e liberador de crédito e incentivos fiscais originou o grande endividamento externo. O Estado converteu em capital produtivo o capital inativo vindo da Europa (em grande parte de procedência americana), onde não era reinvestido, dada a queda na taxa de lucro [...] As estatais serviram, em grande medida, para subsidiar as empresas nacionais e estrangeiras, dando nova vida ao processo de acumulação, no qual a propriedade era estatal, mas a gestão e finalidades, privadas (COGGIOLA, 2005, p. 99).

³ Sendo indiscutivelmente grande parte fictícia, já que correspondem a um capital que não se realizou como mais-valia. Parte desse valor é originária de rendimentos sobre expectativas futuras, que são reinvestidas antes mesmo que essas expectativas se concretizem.

A partir do momento em que a economia norte-americana entra em crise, esse modelo de crescimento viabilizado pelo endividamento externo é substituído pelo novo modelo de caráter estabilizador que emerge em conjunto “com a fusão de papéis e funções do Banco Mundial (desenvolvimento) e do FMI (controle de fluxo de capitais) que passam a ter como finalidade o pagamento da dívida externa” (COGGIOLA, 2005, p. 99). Fiori aponta que o FMI é assim transformado “numa espécie de fiscal da disciplina econômica dos seus 179 países-membros” (FIORI, 1995, p. 16).

Somando-se as novas exigências do FMI, o Consenso de Washington surge como principal acontecimento externo responsável pela ruptura de paradigma no final da década de 1980, já que formaliza as intenções norte-americanas de moldar as políticas dos países latino-americanos aos padrões neoliberais.

Segundo Paulo Nogueira Batista a relevância do Consenso de Washington sobre os rumos seguidos pelos países da América Latina se explica no fato de que os ideais levantados seriam amplamente transmitidos pelo governo norte-americano de forma que a mensagem, continua Batista,

acabaria cabalmente absorvida por substancial parcela das elites políticas, empresariais e intelectuais da região, como sinônimo de modernidade, passando seu receituário a fazer parte do discurso e da ação dessas elites, como se de sua iniciativa e de seu interesse (BATISTA JR, 1996, p. 100).

A análise sociológica de Cardoso e Faletto sobre a forma com que se estrutura a dependência é reafirmada na citação de Batista acima, já que torna explícita a interação entre as classes sociais nos países latino-americanos que viabiliza a mudança na estrutura política e econômica dos mesmos. A elite que defende e adota o paradigma neoliberal na região é a mesma que se beneficia das políticas desregulacionistas e de caráter conservador. De fato trata-se de um fenômeno global, porém, é a forma como interagem os grupos sociais internos que viabiliza a incorporação das exigências externas aos padrões internos.

As circunstâncias expostas que configuram a nova etapa do capitalismo fazem com que alguns autores defendam a tese da existência de uma “novíssima⁴ dependência” que se manifesta de maneira ainda mais intensa que na fase anterior abordada por Cardoso e Faletto, caracterizada pelo desenvolvimento-associado. No plano das economias periféricas, pode-se dizer que existe uma articulação entre a elite que emerge com o desenvolvimento do setor financeiro e o Estado a fim de viabilizar as mudanças estruturais necessárias para a entrada do capital financeiro internacional. A perda de governabilidade em relação a políticas sociais pelos Estados nacionais aparece como uma característica que predomina neste novo período, já que para atrair investimentos externos os mesmos abrem mão de executar políticas

⁴ Utiliza-se o termo “novíssima” para caracterizar a atual forma como a dependência se manifesta, pois o termo “nova dependência” já era utilizado por Cardoso e Faletto para retratar a dependência que permitia o modelo de desenvolvimento-associado durante o período de expansão das multinacionais para os países da América Latina.

econômicas e sociais importantes para o desenvolvimento nacional. Sobre esse novo contexto em que a dependência atual se insere, Almeida filho aponta:

De um lado, o Estado, enredado em dívidas impagáveis e crescentes, e refém do próprio ideário neoliberal, perde a capacidade de abrir novos horizontes de expansão e a capacidade de articular políticas ativas de investimento e financiamento de ações sociais. [...]

[...] As decisões de investimento são escassas e o controle das novas tecnologias é cada vez mais concentrado, sendo que as periferias vão se vendo obrigadas a assumir um perfil cada vez mais homogêneo, com intuito de atrair esses capitais (ALMEIDA FILHO, 2007, p. 18).

Esse perfil cada vez mais homogêneo faz menção à adoção, pelas periferias, de políticas que cumprem com as exigências dos capitais internacionais por mercados cada vez mais desregulados e políticas macroeconômicas de caráter liberal, já que estes buscam condições favoráveis de investimento combinadas com ausência de incertezas em relação ao futuro. É de extrema importância esclarecer que o fato de o Estado aparecer como “refém do próprio ideário neoliberal” não significa que este tenha uma posição passiva em relação às mudanças na estrutura econômica que se tornaram evidentes na década de 1990 no Brasil e demais países latino-americanos. Pelo contrário, o Estado é o principal agente que viabiliza essas mudanças, já que ele é o responsável por inserir no projeto de governo as políticas desregulacionistas. O Estado faz assim uma escolha: opta por se tornar ativo na implantação do ideário neoliberal com a finalidade de atrair o capital financeiro internacional e, por outro lado, abre mão de parte considerável do poder sobre as políticas sociais.

Claramente, o Estado não atua sozinho neste processo adaptativo às exigências internacionais. Há na verdade uma elite que se beneficia da desregulamentação do mercado financeiro que conta com o Estado como principal aliado na viabilização dessas mudanças. Trata-se de uma burguesia financeira interna que atua como braço, no espaço periférico, de um sistema internacional muito mais amplo, guiado, segundo Garagorry, pelo que ele chama de “oligarquia financeira internacional”, que por sua vez é comandada, segundo o autor, pelos grandes investidores institucionais e pelos grandes bancos sediados na tríade. Também fazem parte dessa elite de proporção global “famílias abastadas, donas das grandes fortunas individuais e todo um conjunto de empresas prestadoras de serviços ao capital de aplicação financeira; corretoras, empresas de auditoria; agências de classificação de risco; empresas de análise financeira; escritórios de advocacia especializados em finanças etc.” (GARAGORRY, 2007, p. 95).

A classe dominante interna atua, portanto, de forma a viabilizar a atuação da “oligarquia financeira internacional” nos países latino-americanos, de forma que a sua ação não se restringe à adaptação da estrutura econômica às exigências externas, mas também consiste na inserção de toda uma ideologia na sociedade, a fim de tornar mais ameno o ingresso da oligarquia internacional na esfera nacional. Segundo Garagorry:

As manifestações concretas nos espaços nacionais dão-se pelo entrelaçamento entre interesses gerais da oligarquia internacional e os das frações da classe dominante local (GARAGORRY, 2007, p. 95).

Há, portanto, para além de uma relação de subordinação, um vínculo de interesses mútuos entre essas duas elites, nacional e internacional que, somado ao papel desempenhado pelo Estado, interpretamos como sendo a chave da reprodução da novíssima dependência. Entendemos que a atuação de cada um desses agentes é fundamental para explicar o modo como a dependência se manifesta hoje nos países da América Latina.

As políticas de ajuste aos padrões neoliberais na América Latina consistiram em uma série de medidas que não se restringiram à esfera monetária. Tratou-se de um programa muito mais amplo, que englobava reformas em toda a estrutura produtiva e de organização dos Estados. A ausência do Estado⁵ e o agravamento de problemas de cunho social são características fundamentais que emergiram com as reformas adotadas. No caso brasileiro o chamado Plano Real organizou e implantou uma série de políticas a favor da reforma neoliberal, atendendo às exigências internacionais de estabilização econômica, utilizando as privatizações em conjunto com uma série de outras reformas para atingir os objetivos. Conforme Coggiola, o Plano Real

introduzia as políticas de ajuste do BIRD e do FMI, tendo como eixo as privatizações. Foram exigidas várias reformas: do Estado, da Previdência, universitária, quebra do monopólio estatal, flexibilização dos direitos trabalhistas. A questão monetária, ponto culminante do plano, privilegiou essa finalidade, não tocando em questões centrais como a distribuição de renda e da propriedade (reforma agrária), investimentos e geração de empregos (COGGIOLA, 2005, p. 101).

Foram muitas as consequências negativas originárias das políticas de estabilização, de forma que Coggiola faz menção a um cenário de “crise generalizada” instaurada após uma década de predomínio de políticas neoliberais. O seguinte trecho transcrito retrata o cenário brasileiro e justifica a afirmação do autor sobre o cenário de crise:

Era a estratégia de combater a inflação com produtos importados a preços menores do que os nacionais (“a indústria nacional precisa modernizar para competir”). Cadeias produtivas inteiras foram desarticuladas, a dependência externa aumentou. Outro aspecto foi a desvalorização dos patrimônios nacionais (segundo a tendência mundial de queda dos valores), vendidos a empresas multinacionais a preços irrisórios, para garantir a entrada de dólares e cumprir as obrigações com o capital financeiro (COGGIOLA, 2005, p. 102).

Coggiola ainda afirma que graves consequências sociais emergiram durante este período como aumento da taxa de desemprego, precarização das condições de

⁵ Nos referimos à ausência do Estado em relação a políticas em prol do desenvolvimento econômico e social, já que, como podemos verificar, o Estado se mostrou nesse período muito presente em relação à implantação de políticas neoliberais.

trabalho e queda da renda per capita dos latino-americanos. Analisando de maneira geral, as condições de operação da atual fase do capitalismo apontam para uma tendência de agravamento da distância entre os países desenvolvidos e periféricos em relação a questões sociais.

Fernando Henrique Cardoso fez em 1995 um pronunciamento em Washington no qual a temática da dependência foi retomada para explicar os rumos seguidos pelos países latino-americanos na nova fase do capitalismo. O então Presidente da República ressaltava como característico da nova fase do capitalismo a questão da perda de poder pelo Estado diante dos interesses dos grandes investidores do mercado financeiro. Porém, para Cardoso, trata-se de uma característica global, que não se restringe aos países periféricos. Ou seja, inclusive as potências mundiais estão sujeitas a perder autonomia na fase atual do capitalismo conforme segue:

Então, os países agora são mais “dependentes” do que ocorre no mundo, não só na definição de seus projetos de desenvolvimento, mas na própria gestão cotidiana da economia nacional. Uma diferença significativa é, porém, a que nasce do fato de que, em escala variada, os fenômenos de globalização não escolhem a identidade dos “atingidos”. Assim, tanto os desenvolvidos, quanto os países em desenvolvimento ganham e perdem com a globalização (CARDOSO, 1995, p. 151).

Cardoso volta a abordar esse tema em uma entrevista que deu origem ao livro publicado em 1998 *O presidente segundo o sociólogo*, no qual o autor aponta que inclusive os Estados Unidos perdem autoridade com a globalização ao afirmar que naquele momento nenhum Banco Central tinha mais autoridade, inclusive o *FED* americano.

A questão levantada por Cardoso parece um tanto controversa, uma vez que os países periféricos se mostram muito mais sensíveis aos problemas que emergem com a globalização por diversos fatores que já foram explicitados. Sobre essa questão, Batista Jr. (1999, p. 221) julga como absurda a afirmação de Cardoso já que toda e qualquer movimentação do *Federal Reserve* é acompanhada pelos mercados internacionais, analistas financeiros, governos e demais setores, de forma que se torna evidente a influência do *FED* americano na economia mundial.

Paulo Nogueira Batista Jr. ainda entende as declarações de Cardoso sobre a perda de autonomia diante da globalização como uma forma de justificar os problemas sociais e omitir a culpa do Estado nessa questão.

No fundo, o que sobra de toda essa retórica presidencial são duas marcas muito claras: a resignação e o escapismo.

Nesses pontos, Fernando Henrique Cardoso não está só. A “globalização” virou recurso retórico de ampla circulação nos meios governamentais de muitos países. Trata-se de uma retórica duplamente conveniente. Permite, por um lado, justificar e apresentar como “inevitável” a passividade diante das forças dominantes no plano internacional. Por outro lado, é uma forma de debitar a fatores impessoais incontroláveis, ditos “globais” todo de desagradável que ocorre no país (BATISTA JR., 1999, p. 223).

As políticas de caráter neoliberal implantadas durante o governo de Cardoso fazem parte da reforma do Estado iniciada em 1995, motivada por uma tendência internacional que se arrasta desde 1980, quando muitos países, entre eles Estados Unidos e Inglaterra, adotaram a agenda neoliberal como plano de governo. Uma série de autores qualifica essa tendência como um efeito da globalização, ratificando as ideias presentes no discurso de Cardoso que, na opinião de Batista, beira ao escapismo. Já na opinião de Luis Fernandes, as análises que justificam a onda neoliberal pela globalização são pouco consistentes uma vez que, para o autor, tratam de fenômenos distintos e independente, conforme mostra no excerto a seguir:

Parece-me crucial estabelecer uma distinção conceitual entre globalização (enquanto processo objetivo de integração econômica impulsionado pela expansão global do capital, materializado em realizações muito concretas como rotas de comércio, linhas de transporte e comunicação, etc.) e a agenda (neo)liberal (enquanto arcabouço de políticas orientadas para a desestatização de empresas públicas, a desregulação de atividades econômicas e a desuniversalização de direitos). [...] O problema é que o discurso dominante teima em incluir, também no “pacote conceitual” da globalização, a segunda dimensão mencionada anteriormente: a das proposições liberalizantes. Estas sim, não passam de opções passíveis de reversão e/ou superação (FERNANDES, 1998, p. 18-19).

Para o autor a globalização é um processo “objetivo e irreversível” de modo que é inútil a tentativa de combatê-la. Em contraponto, as políticas liberalizantes são opcionais, dependem de ideias que podem ser seguidas ou não. A globalização é indiscutivelmente um ponto que interfere intensamente nos rumos do capitalismo global de forma que todos os países estão sujeitos a serem por ela sensibilizados, porém, há inúmeras possíveis trajetórias individuais que podem ser traçadas dependendo das escolhas das elites políticas e econômicas inseridas em cada nação. A viabilidade de desenvolvimento econômico e social está diretamente relacionada a essas escolhas.

Considerações finais

Buscamos expor neste artigo que as ideias apresentadas pelas teorias da dependência formuladas entre as décadas de 1960 e 1970 ainda possuem valor teórico para compreender as discrepâncias entre o centro e a periferia, que ainda prevalecem na atual configuração do sistema capitalista. Para isso, fez-se necessário reavaliar o contexto histórico internacional que começou a ser moldado a partir da década de 1980 com a intensificação da globalização e com a consolidação do paradigma neoliberal para, posteriormente, verificarmos as relações entre os grupos sociais internos que caracterizam a dependência no cenário contemporâneo latino-americano e especialmente no Brasil.

Verificamos que as elites econômicas não são as mesmas que levaram Cardoso e Faletto a esquematizarem seus estudos sobre o desenvolvimento-associado. No atual cenário, há grupos sociais que possuem interesses diretamente vinculados à tendência global de financeirização da economia, que reproduzem a ideologia

neoliberal no plano interno e se beneficiam da desregulamentação dos mercados. Seus interesses não caminham ao lado dos interesses nacionais, uma vez que estão inseridos em um plano ideológico não condizente de fato com a realidade interna da nação, mas com um discurso amplamente divulgado no plano internacional, absorvido e reproduzido por essas minorias sociais que se beneficiam com a sustentação da dependência. Nesse sentido, em muitos aspectos a análise que construímos possui muitas semelhanças com a corrente teórica esboçada por Cardoso e Faletto.

Porém, coincidentemente ou não, da mesma forma que demonstramos discordâncias com Cardoso em relação ao desfecho da teoria do desenvolvimento-associado que, em nossa opinião, apresentava uma proposta de desenvolvimento não condizente com os graves problemas sociais das economias periféricas, também possuímos divergências com os rumos tomados por diversos países latino-americanos após a implantação de políticas desregulacionistas neoliberais que, no caso brasileiro, se intensificaram após o Plano Real.

Conforme verificamos, a emergência do paradigma neoliberal atende aos interesses apenas de uma parcela da população no plano nacional, uma vez que agravou ainda mais os problemas sociais das economias periféricas. O aumento da taxa de desemprego, a precarização das condições de trabalho, intensificação da desigualdade social e desarticulação de cadeias produtivas são só algumas das consequências sociais que emergiram no contexto de emergência do paradigma neoliberal. Por outro lado, observa-se um significativo aumento do lucro dos grupos que fazem parte da burguesia financeira, como bancos e corretoras, além de certo descontrole em relação ao ingresso de capitais especulativos internacionais incentivados pela baixa regulamentação dos mercados financeiros nos países latino-americanos. Dessa forma, pode-se perceber com clareza a forma como a dependência atua nos países latino-americanos no momento atual: por meio do aumento das desigualdades entre os grupos sociais que atuam no âmbito interno e pela clara transferência de mais-valia dos países latino-americanos para o centro do capitalismo, por meio dos mercados financeiros.

Como verificamos, já houve diferentes formas de organização da estrutura da dependência nos países latino-americanos, uma vez que, com a dinâmica entre os grupos internos, novas elites surgem e redefinem o perfil da dependência ao se subordinarem às demandas advindas das economias centrais. A ideia de combinar dependência com desenvolvimento de Cardoso é, portanto, no mínimo, contraditória, já que se trata de um desenvolvimento fundamentado em interesses internacionais e de uma pequena elite nacional. Enquanto os interesses nacionais forem sobrepostos pelos interesses de uma pequena elite que se beneficia com as relações da dependência, o abismo social que existe entre os mais e os menos favorecidos tenderá a aumentar. É neste ponto que se faz imprescindível que ocorra a ruptura dos laços de dependência.

Nesse ponto, nos aproximamos da proposta elaborada por Marini e Theotônio

dos Santos, porém, não em relação à viabilidade de uma revolução socialista como meio de superação das amarras da dependência, uma vez que o contexto histórico atual é muito diferente de outrora. É imprescindível que se construa uma estratégia de desenvolvimento nacional que fuja das exigências do capital financeiro internacional e que seja condizente com os problemas sociais específicos de cada nação. Os problemas sociais latino-americanos só poderão ser solucionados quando, dos abstratos conceitos da palavra “desenvolvimento”, se privilegiar a ideia de aumento de bem estar social, deixando em segundo plano a ideia de desenvolvimento como mero crescimento quantitativo. Desse modo, apenas o rompimento da estrutura de dependência permitiria, enfim, privilegiar os interesses nacionais. A partir de então, poderemos começar a pensar na ideia de desenvolvimento social.

Referências bibliográficas

ALMEIDA FILHO, N. (2007). “Roda viva brasileira: dependência estrutural e servidão”. In: *I Colóquio brasileira de economia política dos sistemas-mundo*, v. 1, Florianópolis.

AMARAL, M. S. (2006). *A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência*. Dissertação de mestrado em economia - Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

BATISTA JR, P. N. (1999). “Dependência: da teoria à prática”. *Estudos Avançados*. v. 13 n. 37, São Paulo. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000300012&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em: 07 out. 2014.

BATISTA JR, P. N. (1996). “O consenso de Washington: A visão neoliberal para os problemas latino-americanos”. In: BAUMANN, R. (Org.) *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro, Editora Campus.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (1982). “Seis interpretações sobre o Brasil”. *Revista de Ciências Sociais*, v. 5 n. 3, p. 269-304, São Paulo.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (1987). *Desenvolvimento e crise no Brasil. 1930-1983*. 15ª Ed. São Paulo, Editora Brasiliense.

CARCANHOLO, M. D. (2005). “Dependência e superexploração da força de trabalho no desenvolvimento periférico”. In: *Seminário Internacional REGGEN: alternativas à globalização*. Rio de Janeiro.

CARDOSO, F. H. (1970). “Dependência, desenvolvimento e ideologia”. *Revista de Administração de Empresas*. v. 10, n. 4, p. 43-71, Rio de Janeiro.

CARDOSO, F. H. (1995). “Desenvolvimento: o mais político dos temas econômicos”. *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 4, p. 148-155, São Paulo.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. (1970). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 7ª Ed. Rio de Janeiro, Editora LTC.

CARDOSO, F. H.; SERRA, J. (1978). "As Desventuras da Dialética da Dependência". *Estudos Cebrap* 23. p. 33-80. São Paulo, Editora Vozes.

COGGIOLA, O. (2005). "A agonia da tradição crítica brasileira e latino-americana". In: *Crítica Marxista* n. 20. Rio de Janeiro, Editora Revan.

COUTINHO, L. (1998). "A fragilidade do Brasil em face da globalização". In: BAUMANN, R. (Org.) *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro, Editora Campus.

FERNANDES, L. (1998). "As armadilhas da globalização". in: CARRION, R. K. M. (Org.) *Globalização, neoliberalismo, privatizações. Quem decide esse jogo?* Porto Alegre, CEDESP/RS.

FIORI, J. L. (1995). "A governabilidade democrática na nova ordem mundial". São Paulo. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/fiorigovernabilidade.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2014.

FIORI, J. L. (2000). "De volta à questão da riqueza de algumas nações". In: _____. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, Editora Vozes.

FURTADO, C. (1959). *Formação econômica do Brasil*. 6ª Ed. São Paulo, Companhia das Letras.

FURTADO, C. (1968). *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

GARAGORRY, J. A. S. (2007). *Economia e política no processo de financeirização do Brasil (1980-2006)*. Tese de doutorado em Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

GOLDENSTEIN, L. (1994). *Repensando a dependência*. São Paulo, Paz e Terra.

SADER E.; MARINI, R. M. (1973). "Dialética da dependência". In: *Dialética da dependência. Uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis, Editora Vozes.

MARTINS, C. E.; VALÊNCIA, A. S. (2001). "Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: 30 anos da teoria". *Revista Lutas Sociais*, v. 7.

MARX, K. (2006). *O Capital, Livro Primeiro: crítica da economia política*. 23. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

MARX, K. (2008). *O Capital: crítica da economia política. Livro terceiro: o processo global de produção capitalista*. 26ª Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

PREBISCH, R. (1949). "O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas". *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3.

SANTOS, T. (2000). *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

SANTOS, T. (1973). *Dependencia y cambio social*. Buenos Aires, Amorrortu.

SANTOS, T. (1970). "The structure of dependence". *The American Economic Review*, v. 60, n. 2. Nova York.

TRASNPADINI, R. (1999). *Teoria da (Inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro, Editora Topbooks.

Recebido em dezembro/2012

Aprovado em junho/2014